

**“NEGROS DISTINTOS” NAS AMÉRICAS:
ESCRITA DA HISTÓRIA E PROTAGONISMO NEGRO
NO PÓS-ABOLIÇÃO, 1890-1946**

*Larissa Viana**

“Nenhum assunto na América, no momento em que entramos no novo milênio, é tão explosivo como o tema da raça”. Essas palavras, do historiador norte-americano David Brion Davis, nos colocam diante de um desafio intelectual que se renova no cenário de debates sobre as relações raciais no Brasil e nas Américas. Por ser uma construção social, a ideia de raça incorpora usos e significados distintos de acordo com os contextos históricos, as assimetrias e as dinâmicas sociais envolvidas em cada conjuntura. Mas é notável o fato de que, particularmente nas sociedades marcadas pela violência da escravidão, o termo *raça* sinaliza experiências históricas informadas por hierarquias de cor e posição social, evidenciando formas diversas de racismo e modos de combatê-lo. Essa pode ser considerada, portanto, uma categoria pertinente para pensar a dinâmica das relações sociais cotidianas no âmbito das sociedades escravistas e no período pós-abolição.¹

Ao mesmo tempo, é igualmente notável a ampliação de um vocabulário que, ainda que não seja alternativo à raça como problema histórico,

* Professora da Universidade Federal Fluminense. E-mail: ufflarissa@gmail.com

¹ Ver David Brion Davis, *In the Image of God: Religion, Moral Values and Our Heritage of Slavery*, New Haven; London: Yale University Press, 2001, pp. 307-22. Considera-se aqui o período pós-abolição como um contexto compartilhado por diferentes sociedades americanas marcadas pela experiência do cativo. No entanto, para não generalizar a diversidade de tais experiências históricas e suas temporalidades, a periodização do artigo prioriza o contexto de constituição da escrita da História Negra norte-americana no período de 1890-1940.

oferece férteis caminhos para a construção de um olhar renovado sobre as relações raciais: *Atlântico negro, diáspora e processos de racialização* são alguns exemplos de termos crescentemente discutidos em meio ao debate historiográfico e sociológico no Brasil.² Como já proposto por Raymond Williams,³ a atenção às mudanças de vocabulário no interior dos meios acadêmicos não nos deve passar despercebida e, a partir delas, uma pergunta se impõe: que mudanças de paradigma interpretativo carregam esses termos? Se o viés comparativo predominou em parte significativa dos trabalhos sobre relações raciais nas Américas⁴ realizadas no período posterior à Segunda Guerra, percebe-se nos últimos anos, em contraponto, uma atenção particular ao caráter transnacional das políticas e lutas contra o racismo, marcadas sempre por intensa circulação de ideias e experiências. Como vêm apontando diversas pesquisas, os movimentos negros organizados, as trocas acadêmicas, os circuitos artísticos e musicais moldaram discussões sobre o protagonismo social dos negros em diversos contextos do período pós-abolição. Ultrapassando fronteiras nacionais, esses circuitos uniam e confrontavam atores sociais marcados pela memória da escravidão e por distintas experiências do racismo em regiões tão distantes quanto Brasil, Caribe e Estados Unidos.⁵

² Reflexão inspirada pelos debates conduzidos no âmbito do Grupo de Estudo e Pesquisa Cultura Negra no Atlântico (Cultna), liderado por Martha Abreu e Giovana Xavier na Universidade Federal Fluminense, a cujos participantes agradeço vivamente. Ver, entre outros autores, Paul Gilroy, *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*, Rio de Janeiro: UCAM; São Paulo: Editora 34, 2001; Brent H. Edwards, *The Practice of Diaspora: Literature, Translation and the Rise of Black Internationalism*, Cambridge: Harvard University Press, 2003; Antonio Sergio Alfredo Guimarães, “A modernidade negra”, *Teoria & Pesquisa*, n. 42-43 (2003), pp. 41-62; Livio Sansone, *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais, culturais e identidades negras do Brasil*, Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

³ Raymond Williams, *Keywords: a Vocabulary of Culture and Society*, New York: Oxford University Press, 1983.

⁴ São exemplos dessa perspectiva autores como Frank Tannenbaum, *Slave and Citizen*, Boston: Beacon Press, 1946; Marvin Harris, *Padrões raciais nas Américas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967; e Carl Degler, *Nem preto, nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*, Rio de Janeiro: Labor, 1976. Sobre os estudos das relações raciais empreendidos no pós-guerra, ver, entre outros, Lisa Brock, “Questioning the Diaspora: Hegemony, Black Intellectuals and Doing International History From Below”, *African Diaspora Studies*, v. 24, n. 2 (1996), pp. 9-12; Marcos Chor Maio, “Abrindo a ‘caixa preta’: o projeto Unesco de relações raciais”, in Fernanda Arêas Peixoto, Heloisa Pontes e Lília Moritz Schwarcz (orgs.), *Antropologias, histórias, experiências* (Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004), pp. 143-68; Micol Seigel, “Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn”, *Radical History Review*, issue 91 (2005), pp. 62-90.

⁵ Ver, entre outros autores: Robin Kelley, “But a Local Phase of a World Problem: Black History’s Global Vision, 1883-1950”, *The Journal of American History*, v. 86, n. 3 (1999), pp. 1045-77;

Sob a inspiração de tal perspectiva, este artigo analisa um manual de História editado nos Estados Unidos sob a direção de Carter Woodson (1875-1950), historiador negro e um dos fundadores, em 1915, da Associação para o Estudo da Vida e da História do Negro. O manual, intitulado *Distinguished negroes abroad*, foi publicado em 1946 e chamou-me a atenção não apenas pelo caráter internacionalista já anunciado no título, mas, sobretudo, pela presença de intelectuais, abolicionistas e ativistas negros brasileiros em suas páginas. Quem eram esses distintos negros? Como suas histórias foram contadas? De que maneira os brasileiros foram representados nesse compêndio?

A resposta a essas perguntas nos conduzirá à reflexão sobre a historicidade da noção de raça a partir de dois movimentos. O primeiro se propõe a entender como intelectuais negros norte-americanos investiram em estratégias de combate ao racismo que acionavam a escrita e o ensino da História como ferramentas primordiais; o segundo consiste em considerar tais estratégias em ação, a partir da análise das representações sobre os brasileiros selecionados para figurar nas páginas de *Distinguished negroes abroad*: Henrique Dias, Luiz Gama e José do Patrocínio. As iniciativas do internacionalismo negro, reforçadas após a Primeira Guerra Mundial, buscavam construir uma gramática da ação contra o racismo que fosse capaz de se expressar por diferentes tipos de textos, inclusive os livros didáticos. Nesses, as histórias de vida de homens e mulheres negros, durante os tempos da escravidão e depois da abolição, conectavam o protagonismo pessoal, a ação em prol da comunidade e o discurso histórico como importantes meios de luta.⁶

De fato, a aula de História é um dos locais privilegiados nesse difícil processo de encarar a memória da escravidão, a experiência da liberdade e o racismo. Nesse espaço, como afirma Allison Dorsey, argumentos

Livio Sansone, "Estados Unidos e Brasil no Gantoi: o poder e a origem transnacional dos estudos afro-brasileiros", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79 (2012), pp. 9-29; Seigel, "Beyond Compare"; Amilcar Araujo Pereira, *Relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo*, Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

⁶ Edwards, *The Practice of Diaspora*, capítulo 1; Stephen G. Hall, *A Faithful Account of the Race: African American Historical Writing in the Nineteenth-Century America*, Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2009, capítulo 5; Amilcar Araujo Pereira e Ana Maria Monteiro (orgs.), *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*, Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

e posições são debatidos com o auxílio de evidências — documentos, fotos, canções, histórias de vida... — que nos ajudam a tecer as relações entre passado e presente.⁷ No Brasil, a educação para as relações raciais, institucionalizada em 2004 pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*,⁸ destaca a importância de estudar a ação concreta de homens e mulheres negros icônicos, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Esse dado faz emergir a pergunta: como se moldou, em um circuito de práticas transnacionais, uma abordagem privilegiada do papel de homens e mulheres considerados representativos no combate às práticas racistas? É nessa questão principal que vamos nos deter.

Protagonismo negro: escrita da História e relações raciais nos Estados Unidos entre os séculos XIX e XX

Em janeiro de 1883, quando a Declaração de Emancipação da escravidão norte-americana completou 20 anos, um grupo de líderes negros reuniu-se para um banquete em Washington D. C., com o propósito de celebrar a data e homenagear um de seus mais ilustres defensores, o ex-escravo Frederick Douglass (1818-1895). Nascido cativo em 1818, no estado de Maryland, Douglass fugiu para viver em liberdade no Norte, onde tornou-se abolicionista, escritor, editor e um dos mais aclamados líderes da comunidade negra nacional. Durante o banquete, brindes foram erguidos à “imprensa negra”, ao “autor negro”, aos “congressistas negros” e ao “Partido Republicano”. Ao que consta, o homenageado encerrou a rodada brindando ao “espírito dos jovens”. O brinde não foi sem propósito: naquele momento, justamente, Douglass estava cercado por eles. Como ressalta o historiador norte-americano David Blight, o “velho” aboli-

⁷ Allison Dorsey, “Black History is American History: Teaching African American History in the Twentieth First Century”, *The Journal of American History*, v. 93, n. 4 (2007), pp. 1171-7.

⁸ Ver o texto completo em <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>, acessado em 22/06/2014. Sobre a temática, ver: Hebe Mattos, Martha Abreu, Carolina Vianna Dantas e Renata Moraes, “Personagens negros e livros didáticos: reflexões sobre a ação política dos afrodescendentes e as representações da cultura brasileira”, in Helenice Aparecida Bastos Rocha, Luís Reznik e Marcelo de Souza Magalhães (orgs.), *A história na escola: autores, livros e leituras* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009), pp. 299-320.

cionista negro capturou a essência da ocasião: a maioria dos presentes era muito jovem na época da Guerra Civil; tratava-se ali, portanto, da necessidade de transmitir o legado e a memória da emancipação a uma nova geração de líderes negros. Para Douglass, a emancipação não era referência central apenas dos negros, mas também da vida nacional. As palavras do eminente abolicionista soavam como um apelo irresistível à história e à memória: “O dia que nós celebramos”, disse ele, “é um desses dias que valem por mil anos”.⁹

Conforme adverte Eric Foner, poucos períodos da história norte-americana foram tema de tantas reavaliações recentes quanto o da chamada Reconstrução (1863-1877). Entre a emancipação e as primeiras décadas do século XX, predominou, na historiografia norte-americana, a noção de que os anos posteriores à Guerra Civil formaram uma “era trágica”,¹⁰ povoada por republicanos radicais “vingativos”, “libertos ignorantes” e corrupção generalizada. Essa abordagem do período originou-se, em grande medida, entre os democratas sulistas por volta da década de 1870, disseminando-se por diferentes circuitos letrados norte-americanos até os anos de 1920 e 1930. De acordo com John Hope Franklin, a visão de que os radicais e os negros colocaram a política sulista no rumo do desgoverno e da corrupção não se limitava aos debates historiográficos e teve impacto significativo sobre autores de manuais escolares, histórias populares e ficção.¹¹

Contudo, visões alternativas do período pós-abolição, dedicadas a valorizar a contribuição dos negros para a construção da democracia norte-americana, circulavam durante o período e desafiavam a narrativa então predominante. Bom exemplo disso pode ser encontrado entre os

⁹ Citado por David W. Blight, “For Something Beyond the Battlefield: Frederick Douglass and the Struggle for the Memory of the Civil War”, *Journal of American History*, v. 75, n. 4 (1989), p. 1158.

¹⁰ O livro de Claude G. Bowers, *The Tragic Era: The Revolution After Lincoln*, Boston: Houghton Mifflin, 1929, já no título demonstrava a filiação a essa corrente interpretativa que depreciava a participação negra nas políticas da Reconstrução.

¹¹ Ver John Hope Franklin, *Raça e história: ensaios selecionados*, Rio de Janeiro: Rocco, 1999, pp. 453-7 e Eric Foner, “Reconstruction Revisited”, *Reviews in American History*, v. 10, n. 4 (1982), pp. 82-100. É importante lembrar que, na memória coletiva das comunidades negras sulistas, a visão positiva da Reconstrução sobreviveu. Na década de 1920, quando os enviados da Agência Federal Works Progress Administration dirigiram-se para os distritos negros sulistas durante a Grande Depressão, a fim de entrevistar membros de tais comunidades, o período pós-Guerra Civil emergia da fala de entrevistados negros como um tempo de esperança, possibilidades e conquistas efetivas.

autores negros norte-americanos dedicados à escrita de manuais históricos para as séries primárias, secundárias e para os estudantes universitários. Um crescente público de leitores vinculados às escolas e universidades negras (como Howard, em Washington; Tuskegee, no Alabama; Fisk, no Tennessee, ou Hampton, na Virginia) encontrava, nessas publicações, compilações de temas e personagens históricos que contrariavam a ótica pessimista sobre uma suposta inadequação dos negros na sociedade norte-americana. Acompanhando essa tendência, veio a público, em 1890, o manual *School History of The Negro Race*, escrito por Edward A. Johnson (1860-1944), um ex-escravo nascido em Raleigh, na Carolina do Norte, já durante os últimos anos de cativeiro. Beneficiando-se das oportunidades de estudo ampliadas no período pós-emancipação, Johnson frequentou a Washington High School, uma escola para crianças negras, onde travou contato com professores formados pela Universidade de Atlanta, local em que ele próprio concluiria, anos mais tarde, seus estudos superiores. Ao longo da carreira de professor, advogado e historiador, Edward Johnson mostrou-se preocupado com a discussão de questões raciais nessas primeiras décadas após a abolição nos Estados Unidos. Dedicou seu livro aos “milhares de professores de cor” do país, cujos esforços deveriam dirigir-se a inspirar “autorrespeito e confiança” nos meninos e meninas negras que estudavam a história nacional. O manual, adotado em escolas da Carolina do Norte e da Virginia,¹² trazia no prefácio as eloquentes palavras do autor a esse respeito:

Durante meus onze anos de experiência como professor, sempre senti que as crianças negras deveriam ter acesso a materiais que lhes ensinassem sobre as ações corajosas e as nobres características de sua própria raça. Frequentemente observei o pecado da omissão e a autoridade dos autores brancos, muitos dos quais pareciam escrever exclusivamente para as crianças brancas.¹³

¹² As informações biográficas sobre Edward A. Johnson foram extraídas da revista *The Crisis*, v. 40, n. 4 (1933). O periódico *The Crisis* era conhecido como uma das principais publicações da comunidade negra norte-americana, criado por W. E. B. Du Bois, em 1910, no âmbito da Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (N.A.A.C.P.).

¹³ Edward Johnson, *A School History of the Negro Race in America, from 1619 to 1890, with a Short Introduction as to the Origin of the Race*, Raleigh: Edwards and Broughton, Printers and Binders, 1890, Prefácio.

Dedicado a ressaltar a ação dos norte-americanos negros e sua adesão aos valores de liberdade, o autor discutiu em seu livro os atos de heroísmo, a participação da população negra nas guerras nacionais, as rebeliões antiescravistas e o papel dos afro-americanos na Reconstrução. Destacando sempre a noção do progresso da raça desde a emancipação (religioso, educacional e financeiro), Johnson finalizou seu manual com o capítulo “Alguns negros notáveis”. Ali, explorou brevemente os dados biográficos de uma seleção de personagens de destaque na história nacional no período pós-emancipação e elegeu particularmente as vidas de homens dedicados à carreira de educadores, congressistas, ministros da igreja e escritores renomados. “Gigantes do intelecto”, “hábeis oradores”, grandes “agitadores políticos”, “homens que multiplicaram seus talentos” figuram entre as expressões empregadas para descrever tais *figuras representativas da raça*, para utilizar uma expressão correntemente empregada pelo próprio autor. Entre as mulheres biografadas, especial atenção foi dada à artista e escultora Edmonia Lewis, descrita como alguém que não recebeu a educação que gostaria de ter, “mas tinha a consciência de seu poder e ardente desejo de se fazer notar no mundo”.¹⁴

O entusiasmo de Johnson por aquilo que ele denominava “homens representativos” e pela ideia de “progresso da raça” era, sem dúvida, compartilhado por seu contemporâneo John W. Cromwell (1846-1927), autor de *The Negro in American History*, publicado em 1914. Também apostando na educação como agente de mudança social primordial na comunidade negra, Cromwell, um ex-escravo de Portsmouth, Virginia, tornou-se um importante advogado, historiador e editor. Sua história de vida é pontuada por episódios de valorização das oportunidades de educação formal: seu pai comprou a liberdade de toda a família, que se mudou de Portsmouth para a cidade da Philadelphia, em 1851; lá, após frequentar uma escola primária para crianças negras, completou os estudos secundários no Institute for Colored Youth, em 1864, habilitando-se a buscar uma educação superior que lhe renderia, mais tarde, o diploma em Direito pela Universidade de Howard.¹⁵

¹⁴ Johnson, *A School History*, capítulo XXXIII.

¹⁵ As informações biográficas sobre John Cromwell foram retiradas das notas sobre seu falecimento publicadas em *The Journal of Negro History*, v. 12, n. 3 (1927), pp. 563-6.

Frequentemente envolvido em projetos dedicados a promover o conhecimento público do trabalho intelectual de negros norte-americanos, Cromwell se dizia particularmente movido a escrever um livro sobre a história dos negros para profissionais e alunos do nível secundário. A partir de sua própria experiência docente e de relatos de professores que lidavam com as comunidades negras do Sul pós-emancipação, crescia-lhe a convicção de que o ensino baseado nas histórias de vida de homens e mulheres “representativos” era o caminho a ser seguido. Para ele, a maioria das crianças negras norte-americanas, em seu período formativo, não aprendia quase nada que fosse “meritório” e “inspirador” sobre “sua gente”. Por essa razão, afirmava ter sido levado a:

[...] publicar um livro que oferecesse a professores e jovens alunos do curso secundário alguns aspectos relevantes da história do Negro Americano, a história de seus mais eminentes homens e uma bibliografia que vai guiar aqueles que desejem aprofundar seus estudos.¹⁶

Ao privilegiar personalidades consideradas eminentes do período pós-emancipação na escolha dos personagens que integravam seu manual didático, a intenção de Cromwell também era se contrapor à narrativa generalizada da Reconstrução como período trágico da história americana. Segundo ele, o legado da Reconstrução havia sido corrompido no âmbito da lei e da política nacional, a despeito dos esforços dos homens e mulheres notáveis e suas inspiradoras trajetórias de vida.

Essa escrita devotada à valorização dos exemplos de vida concretos deitava raízes em uma tradição narrativa com forte autoridade nas comunidades negras norte-americanas ao longo do século XIX: a de ex-escravos que rompiam os laços do cativeiro e publicavam suas biografias. Harriet Jacobs (1813-1897), Frederick Douglass (1818-1895) e William Wells Brown (1814-1884) são alguns dos ex-cativos cujas trajetórias foram publicadas e debatidas por entusiastas do abolicionismo nos Estados Unidos e na Europa do século XIX. Inaugurou-se, com esses escritos, uma vigorosa tradição vinculada à inspiração propiciada por relatos de experiências concretas de superação da escravidão e de

¹⁶ John W. Cromwell, *The Negro in American History: Men and Women Eminent in the Evolution of the American of African Descent*, Washington: The American Negro Academy, 1914, p. xii.

embates com o racismo cotidiano. Tratava-se de uma escrita de protesto, que publicamente contestava a escravidão e a hostilidade racial norte-americana, ao mesmo tempo em que dialogava com valores amplos e reconhecidos por setores diversos daquela sociedade. A noção de *uplift* — ou elevação, em termos sociais —, tão central a correntes de pensamento e ação afro-americanas, transitava entre diferentes setores da América. Os autores negros aqui citados reconheciam, contribuíam para expandir e apelavam a esse valor, visando a atingir discursos e visões depreciativas em termos raciais.¹⁷

A *Black History* entre a produção acadêmica e as escolas

Até que ponto essa estratégia da escrita negra seria incorporada pela nascente História Negra produzida no âmbito acadêmico? E como continuaria a figurar nos materiais produzidos para o ensino de História nas escolas? Como bem avaliou o historiador Stephen G. Hall, os manuais didáticos integravam um repertório mais amplo de autoria negra, que contribuiu para moldar os contornos iniciais da *Black History* como área de estudos acadêmicos nos Estados Unidos.¹⁸

Carter G. Woodson (1875-1950) é frequentemente apontado como o “Pai da História Negra” nos Estados Unidos, denominação que remete seguramente, mas não apenas, aos esforços para integrar a produção acadêmica ao âmbito do ensino da História nas escolas do país. Woodson nasceu em New Canton, Virginia, em uma família extensa de pais ex-escravos que não puderam oferecer uma educação formal aos filhos. Já empregados e desejosos de oportunidades para se educar, ele e seu irmão, Robert Henry, investiram na autoinstrução das matérias básicas e só chegaram a frequentar os bancos escolares em idade mais avançada. Em 1895, aos vinte anos de idade, Woodson começou a frequentar a Douglass High School, onde se formou no ano de 1897, iniciando, imediatamente depois, uma carreira como professor, diretor e supervisor de escolas. A continuidade

¹⁷ Cromwell, *The Negro*, capítulo XII; Audrey Fisch (ed.), *The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative*, Cambridge: Cambridge University Press, 2007, Parte II; Patrick Rael, *Black Identity and Black Protest in the Antebellum North*, Chapel Hill; London: The University of North Carolina Press, 2002.

¹⁸ Hall, *A Faithful Account*, p. 170.

dos estudos acadêmicos levou-o à Universidade de Harvard, onde, em 1912, concluiu seu doutoramento em História.

O trabalho ativo para a institucionalização do campo de estudos mais tarde consagrado como *Black History* teve início logo após a sua passagem pela Universidade de Harvard. Ao longo das décadas seguintes, Carter Woodson liderou a organização de uma série de iniciativas voltadas para o desenvolvimento de redes de pesquisa, publicação e divulgação da história dos negros e das relações raciais. Foi um dos principais fundadores da Associação para o Estudo da Vida e da História dos Negros, criada em 1915, e primeiro editor do *Journal of Negro History*, fundado em 1916; em 1920, fundou a Associated Publishers, uma editora voltada para a publicação de pesquisas, documentos e trabalhos diversos sobre a temática das relações raciais. Pouco tempo depois, em 1926, Woodson liderou a criação da “Semana da História do Negro” em âmbito nacional, celebrada anualmente em fevereiro (atualmente é comemorada como o mês da História Negra,¹⁹ ainda em fevereiro). Contribuiu também para ampliar o compromisso de seu grupo com o ensino dessa temática nas escolas primárias e secundárias por meio da publicação de um novo periódico, o *Negro History Bulletin*, iniciado em 1937.

Dirigido a professores e alunos, as edições deste boletim eram relativamente curtas, variando entre 15 e 20 páginas na década de sua fundação, e, além dos artigos vinculados à temática de cada número, traziam seções de indicação de livros, uma página para as crianças (com atividades lúdicas sobre os temas abordados) e uma seção dedicada a perguntas e respostas relativas aos assuntos discutidos no número anterior. Artigos como “Por que estudar África?”, “Negros na Guatemala”, “Brasil: a maior nação negra” ou “O rei negro do Haiti”, entre outros títulos, enchiam as páginas do periódico, convidando os leitores norte-americanos a debater questões que ultrapassavam as fronteiras nacionais.²⁰

Black History, Negro History, história acadêmica, historiadores amadores, história escolar... A variedade nas formas de escrita da his-

¹⁹ Para uma discussão sobre a história negra como história americana, ver Dorsey, “Black History”.

²⁰ Exemplos retirados de *Negro History Bulletin*, v. 4 (1940-1941). As edições variavam, podendo-se notar que, em 1940, uma edição alcançou três números e, em 1941, houve seis números publicados. O periódico continua a ser publicado, hoje com o título *Black History Bulletin*.

tória e nas posições acadêmicas e políticas assumidas pelos historiadores negros no período aqui analisado exige atenção. A disputa entre Booker T. Washington (1858-1915)²¹ e W. E. B. Du Bois (1868-1963) traduz algo das tensões notáveis, ainda que aparentemente diluídas, quando lançamos mão de rótulos como *Black History* ou *Negro History*. Booker Washington, educador, intelectual e um dos líderes comunitários negros mais expressivos de sua geração, defendia linhas de ação mais conciliatórias, pragmáticas e moderadas para a ascensão dos negros norte-americanos. Já Du Bois, historiador e ativista negro, avaliava o silêncio em relação aos direitos políticos e civis como um legado desastroso de Booker e seus partidários. Para Du Bois, os negros deveriam “insistir sempre, no inverno e no verão, em que votar é necessário para o adulto moderno, que preconceito de cor é barbarismo e que meninos negros precisam tanto de educação quanto os meninos brancos”.²²

Se as experiências negras jamais conformaram um bloco único de ação e pensamento, o mesmo se pode dizer da História Negra como campo intelectual em construção entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Era tributária de tradições distintas e projetos sociais concorrentes, certamente, mas necessariamente formada sob o pano de fundo das leis de segregação racial, dos linchamentos e do avanço dos ideais de supremacia branca.

Ainda na década de 1930, o monumental estudo de W. E. B. Du Bois sobre a reconstrução da democracia americana encerrava-se com um capítulo dedicado ao ensino da História, intitulado “*The propaganda of history*”. *Black Reconstruction in America*²³ foi publicado originalmente no período em que, de acordo com Du Bois, a Reconstrução era ensinada nas aulas de História das escolas norte-americanas a partir de três visões predominantes: todos os negros eram ignorantes; todos os negros eram desonestos, extravagantes e perigosos; e os negros eram

²¹ Ver Booker T. Washington, *The Story of the Negro: the Rise of the Race From Slavery*, New York: Association Press, 1909.

²² W. E. B. Du Bois, *As almas da gente negra*, Rio de Janeiro: Lacerda, 1999, p. 111. Sobre as tradições distintas na formação da História Negra como campo de produção intelectual, ver L. D. Reddick, “A New Interpretation for Negro History”, *The Journal of Negro History*, v. 22, n. 1 (1937), pp. 17-28.

²³ W. E. B. Du Bois, *Black Reconstruction in America, 1860-1880*, New York: The Free Press, 1992.

os responsáveis pelo mau governo durante o período da Reconstrução. A visão negativa sobre o período pós-emancipação veiculada nos manuais didáticos era, para o autor, tributária de uma corrente histórica influente desde o período pós-Guerra Civil, liderada pelos trabalhos de John Burgess e William A. Dunning, professores de Ciência Política e História, respectivamente, na Universidade de Columbia.²⁴ Tal corrente apresentava simpatia pelos ideais de supremacia branca, ao considerar negros e libertos como “incivilizados”, “bárbaros” e, portanto, inaptos para a vida política e para o exercício do governo.

Du Bois iniciara sua pesquisa sobre a Reconstrução mais de vinte e cinco anos antes de publicá-la, quando era professor das áreas de História e Economia da Universidade de Atlanta. Escrevendo contra os argumentos da suposta supremacia branca, o autor ressaltava o papel do voto negro na restauração do Sul à União, no estabelecimento de uma nova democracia — para brancos e negros — e na instituição de escolas públicas. A escrita de Du Bois registrava o papel do negro na preservação da União e da democracia norte-americana, ressaltando a importância da radical experiência vivida entre 1865 e 1876.²⁵ Reafirmava, enfaticamente, as oportunidades de desenvolvimento abraçadas pelas comunidades negras no período por ele estudado: o negro estava apto a tornar-se um trabalhador livre; o negro, predominantemente por iniciativa própria, ampliara as chances de educar-se, e esse era “um dos

²⁴ John W. Burgess escreveu *Reconstruction and the Constitution, 1866-1876*, publicado em 1902, e William A. Dunning é autor de *Reconstruction, Political and Economic, 1865-1877*, publicado em 1907.

²⁵ O ano de 1865 é um marco em decorrência da vitória nortista na Guerra Civil e da aprovação das primeiras leis em defesa dos direitos dos negros, ao passo que 1876 marca os ecos finais da Reconstrução radical no Sul. Os sinais de fragilidade política da Reconstrução já podiam ser apreendidos pela vitória dos democratas no Congresso Federal em 1874, quando, pela primeira vez desde a Guerra, ultrapassaram os republicanos em número de representantes. Nos níveis estadual e local, desde o ano de 1873, as campanhas do Partido Democrata no Sul foram marcadas por crescente violência e intimidação racial, que se traduziram, nos anos seguintes, em vitórias dos partidários da supremacia branca no âmbito das legislaturas e da administração dos estados sulistas. No âmbito federal, o “Compromisso de 1877”, que garantiu a vitória do candidato republicano Rutherford B. Hayes à presidência dos Estados Unidos, resultou no fim da intervenção militar nos estados sulistas e na queda dos últimos governos radicais na região. Para assegurar a eleição de Hayes, após um impasse nacional quanto aos resultados do pleito de 1876, os líderes republicanos negociaram com os democratas sulistas, que voltaram a controlar o poder político na região Sul.

mais extraordinários desenvolvimentos dos dias modernos”;²⁶ o negro tinha condições de usar e desenvolver o poder político alcançado no período da Reconstrução.

Mas os limites à cidadania negra no pós-abolição eram também sublinhados por Du Bois, para quem a guerra civil jamais acabara no Sul, tendo derrotado de fato a Reconstrução negra. A guerra civil (com letras minúsculas, no original) à qual ele se referia representava o esforço para reduzir o trabalhador negro à condição de “exploração ilimitada”.²⁷ Para Du Bois, o salário do trabalhador negro foi, então, reduzido ao nível da mera subsistência por força das taxas, da peonagem e de diversas formas de discriminação racial, constituindo “um aberto desafio à letra da lei”, característica crucial, segundo o autor, do Sul naquele contexto.

Nos anos de 1950 e 1960, quando a interpretação que atribuía à Reconstrução um papel trágico na história da nação já era contestada em parte expressiva da historiografia norte-americana, o papel da lei nos estados sulistas retornaria ao centro do debate. O curso dos acontecimentos que desencadearam uma revolução nas relações raciais, com o crescimento das lutas pelos direitos civis e políticos da população negra, já indicava uma renovação no debate historiográfico sobre o período pós-emancipação. Nesse contexto, a publicação do livro *The Strange Career of Jim Crow*, em 1955, marcou época. Martin Luther King considerava essa obra, escrita pelo historiador sulista C. Vann Woodward, como a “bíblia histórica” do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. O trabalho de Woodward foi originalmente publicado um ano depois de a Corte Suprema julgar o caso *Brown vs. o Conselho de Educação*,²⁸ decidindo por unanimidade, após longos debates, que a segregação de alunos em escolas públicas do país era inconstitucional. A decisão, de 1954, anulava a doutrina “separados, mas iguais” (*Separate, but equal*, originalmente), proferida pela Suprema Corte em 1896, segundo a qual havia igualdade quando negros e brancos eram providos de instalações

²⁶ Du Bois, *Black Reconstruction*, p. 589.

²⁷ Du Bois, *Black Reconstruction*, cap. XIV.

²⁸ Ver texto original da decisão judicial em Harold Syrett, *Documentos históricos dos Estados Unidos*, São Paulo: Cultrix, 1980, pp. 326-8. A decisão da Suprema Corte em 1954, que determinou o fim da prática das escolas separadas, foi contestada por diversos estados sulistas e constituiu um dos marcos da precipitação dos protestos de comunidades negras na região.

substancialmente iguais, ainda que fisicamente separadas. Tal doutrina corroborava práticas discriminatórias de manutenção de escolas separadas para os negros, de locais separados nos transportes, nos restaurantes e em outros serviços públicos. Com essa decisão, a mais alta instância de Justiça do país abriu precedentes para a aprovação de leis estaduais favoráveis às práticas de segregação racial que feriam os princípios constitucionais celebrados nos tempos da Reconstrução.

Portanto, em meio ao calor do debate nacional sobre a revogação da segregação racial nas escolas públicas, é que o impacto do livro de Vann Woodward sobre as chamadas leis *Jim Crow* pode ser mais bem avaliado. Para ele, os níveis de segregação e violência racial haviam crescido extraordinariamente nos estados sulistas a partir da década de 1890, quando se teria de fato instituído um padrão de relações raciais pautado nas leis do tipo *Jim Crow*. Essa constatação implicava pensar, como afirmou Vann Woodward, que a velha herança da escravidão e a nova — e insegura — herança da igualdade racial (conquistada no período da Reconstrução) eram totalmente incompatíveis. Registrava, porém, que tais heranças tão díspares tinham, cada uma a seu modo, “assegurado um grau de contato humano e associação”.²⁹

Vann Woodward pretendia destacar, com essas palavras, que a velha ordem escravista exigira um alto grau de contato (determinado pelas exigências de controle de brancos sobre negros), que teria perdurado, por exemplo, nos padrões de moradia mista observáveis em cidades sulistas nos anos de 1880, décadas depois do fim da escravidão. Destacava, ainda, o excepcional grau de flexibilidade nas relações entre brancos e negros alcançado no período de avanço da cidadania negra, durante a Reconstrução. Na década de 1890, em contrapartida, a “carreira de Jim Crow” teria

²⁹ Ver C. Vann Woodward, *The Strange Career of Jim Crow*, New York; Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 32. É interessante notar que o ensaio de Woodward era originalmente uma série de três conferências, proferidas para um público de não especialistas no outono de 1954, na Universidade da Virgínia. A primeira edição foi publicada em 1955, seguida de outra, em 1965, que incorporou uma reflexão sobre os ganhos das lutas recentes pelos direitos civis. Woodward preparou ainda uma terceira edição, em 1973, à qual foi incorporado um novo capítulo, a respeito da tendência ao separatismo adotada por parte do movimento negro nos Estados Unidos após meados dos anos 1960. De acordo com William MacFeely, autor do posfácio da edição comemorativa de 2002, o livro vendeu 800.000 cópias desde que foi publicado pela primeira vez.

avançado rapidamente: o voto negro declinou de forma significativa,³⁰ os negros virtualmente desapareceram da vida pública nos estados sulistas (perderam seus cargos nos conselhos locais, nas legislaturas estaduais e nos júris) e as práticas de segregação nos espaços públicos e privados ampliaram-se vigorosamente. De acordo com Vann Woodward, as leis *Jim Crow* cederam autoridade, nos âmbitos estadual e local, ao condutor do trem, ao motorista do ônibus, ao porteiro do cinema e a outros cidadãos que, cotidianamente, violavam a Constituição em nome das leis locais de segregação.³¹

Por volta dos anos de 1970, diante da urgência criada pelas discussões dos direitos civis e dos protestos urbanos desencadeados no país, muitos dos manuais escolares norte-americanos foram revisados de modo a incorporar reflexões e conteúdos relativos à história dos negros na América. O *status* dos negros na sociedade norte-americana, o racismo cotidiano e as lutas pela extensão da democracia e da igualdade no país tornaram-se temáticas crescentemente visitadas na escrita da História destinada ao público escolar.³² É notável o quanto a discussão sobre o ensino da história mobilizava os meios acadêmicos. Um artigo de C. Vann Woodward publicado em 1969 afirmava que a história americana, majoritariamente escrita por autores brancos, se beneficiaria de uma infusão de *soul*, em referência à urgente revisão de conteúdos em livros didáticos e acadêmicos: era preciso corrigir antigas indignidades, etnocentrismos, visões paternalistas, insultos, indiferença e ignorância.³³ Mas, para ele, era preciso, igualmente, evitarem-se os riscos da radicalização da linha de cor e do paroquialismo de uma história dos negros escrita apenas por autores de ascendência africana.

Entre os estudos acadêmicos surgidos nos anos 1870, muitos deles produzidos exatamente por uma geração de novos historiadores negros, a questão fundamental das clivagens socioeconômicas e dos in-

³⁰ Sobre os mecanismos para negar aos negros o direito de voto nos estados sulistas, Vann Woodward destaca a mudança de locais de votação sem aviso prévio, a exigência de qualificações de propriedade para eleitores, a exigência de recibo de pagamento de imposto eleitoral no ato da votação, entre outros. Ver Woodward, *The Strange Career*, pp. 83-5.

³¹ Woodward, *The Strange Career*, pp. 107-8.

³² Robert L. Harris Jr. "Coming of Age: the Transformation of Afro-American Historiography", *The Journal of Negro History*, v. 67, n. 2 (1982), pp. 107-21.

³³ C. Vann Woodward, "Clio with soul", *The Journal of American History*, v. 56, n. 1 (1969), pp. 5-20.

teresses divergentes no interior das próprias comunidades negras ganhou destaque. Foi esse o caso do livro de Thomas Holt, *Black Over White: Negro Political Leadership in South Carolina During Reconstruction*, resultado de um estudo de doutoramento realizado na Universidade de Yale, sob a orientação de C. Vann Woodward. Holt conduziu suas questões em torno de um dado inicial extraordinário: dos 487 homens eleitos para postos oficiais na Carolina do Sul entre 1867 e 1876, mais da metade eram negros. Considerando este “fato fenomenal” na história americana, o autor investigou a emergência e o declínio da liderança política negra no estado, onde a intensa participação política era fruto do encorajamento e dos recursos nortistas, sem dúvida, mas não vitalmente. Para Holt, o ingrediente central do ativismo negro na região devia-se à própria mobilização local por meio do financiamento das convenções, da elaboração de petições que pressionavam os poderes regional e central na luta por direitos constitucionais e da indicação de líderes no interior das comunidades negras.³⁴

Contrariando interpretações mais tradicionais, o autor afirmava que os legisladores negros não constituíam uma massa de manobra moldável aos interesses dos republicanos brancos; pelo contrário, formavam o mais poderoso segmento do Partido Republicano na região, exercendo grande influência nos assuntos políticos e legislativos. A que se poderia atribuir, então, o declínio do poder negro na região, nos anos finais da década de 1870? Para Holt, a maioria dos eleitores da Carolina do Sul havia cumprido com sucesso a transição de escravos a cidadãos. Mas os líderes escolhidos por esses eleitores falharam, na medida em que não formularam programas capazes de unificar os interesses divergentes das comunidades que representavam, notadamente os que estavam relacionados com as questões da terra e do trabalho dos recém-libertos. O avanço dos políticos democratas na região completou a tarefa, sepultando o futuro da liderança negra local e afastando os eleitores negros, por meio de diversas manobras, da esfera da participação política.

Eric Foner, certamente o historiador norte-americano mais conhecido no Brasil por trabalhos sobre o período pós-Guerra Civil, aproxi-

³⁴ Ver Thomas Holt, *Black Over White: Negro Political Leadership in South Carolina During Reconstruction*, Urbana: The University of Illinois Press, 1979.

mava-se da interpretação de Thomas Holt ao afirmar, em artigo de 1982, que a Reconstrução havia sido moldada pelos negros, assim como o foi pelos brancos.³⁵ Nas palavras do autor, aquela foi uma “experiência singular e dramática” na qual os negros, apenas recentemente emancipados, experimentaram uma real parcela de poder político.³⁶

O mesmo se pode dizer em termos da escrita da História. Desafiando o racismo e abraçando a urgente tarefa de desenvolver formas de orgulho e autoestima nas comunidades que emergiam da escravidão, a escrita da história dos negros expandiu-se notoriamente no período pós-emancipação.³⁷ Entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a atenção aos conteúdos escolares esteve no centro desse debate, moldando as iniciativas para abordar criticamente um sistema educacional marcado pelos ideais da supremacia branca, que a Reconstrução não foi capaz de destruir.

O internacionalismo negro entre Estados Unidos e Brasil: os manuais de História para o público negro norte-americano

A adoção de uma perspectiva internacionalista na escrita dos materiais didáticos insere-se em uma tradição incorporada por parte da intelectualidade negra norte-americana, disposta a refletir sobre as questões internas sob o viés da diáspora e das relações globais. Não obstante os distintos projetos políticos abraçados por intelectuais negros entre o fim do século XIX e o período das Grandes Guerras Mundiais, certas questões mobilizavam uma identificação com um mundo negro mais amplo. O passado africano, a luta anti-imperialista, o problema da cidadania e a luta antirracista no âmbito da diáspora eram alguns dos temas frequentemente visitados nos periódicos e na produção histórica e sociológica de gerações de ativistas e intelectuais negros da primeira metade do século XX.

As relações entre Brasil e Estados Unidos ocuparam um lugar particular em porção significativa da escrita negra norte-americana sobre relações raciais nesse período. O ideal do Brasil como suposto

³⁵ Ver Foner, “Reconstruction Revisited”.

³⁶ Foner, “Reconstruction Revisited”, p. 91.

³⁷ Kelley, “But a Local Phase”, p. 1051.

paraíso racial, marcado por relações cotidianas menos violentas e mais igualitárias entre brancos, negros e mestiços, era um marco referencial da discussão sobre a cidadania negra em sociedades democráticas. O ideal do paraíso racial era uma forma de contar uma história sobre o Brasil com significativa circulação nos meios letrados norte-americanos desde o século XIX.

No século XIX, muitos viajantes norte-americanos em visita ao Brasil contribuíram para a formulação e difusão dessa noção ao manifestar suas impressões sobre o país. Esse é o caso do livro intitulado *Brazil and the Brazilians*, publicado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1857, tendo o reverendo James Fletcher como autor principal.³⁸ Fletcher, um missionário presbiteriano que chegou ao Rio de Janeiro em 1851, aos 28 anos, permaneceu no Brasil por cinco anos. Durante esse período, engajou-se na missão anteriormente cumprida por seu colega metodista Daniel Kidder, dedicando-se à distribuição de bíblias pelo interior do país. A questão da possibilidade de ascensão social franqueada aos negros livres é, sem dúvida, um dos pontos que merecem destaque na narrativa de Fletcher sobre o Brasil:

A Constituição Brasileira não reconhece a cor como base para os direitos civis; assim, uma vez livre, o negro e o mulato, se possuidores de energia e talento, podem ascender a uma posição social da qual esta raça é barrada na América do Norte.³⁹

Fletcher notava que a facilidade para obtenção da emancipação seria um dos fatores que contribuía para a ascensão social dos negros livres no Brasil. E não eram poucos os exemplos de progresso de alguns desses homens “com sangue negro nas veias”. Seria o caso de Paula Brito, por exemplo, que ele apresentou aos seus leitores como um mulato que era não só diretor, mas também proprietário da mais bem sucedida tipografia do Rio de Janeiro. Além disso, ressaltava o autor, nas faculdades

³⁸ D. Kidder e J. Fletcher, *Brazil and the Brazilians, portrayed in historical and descriptive sketches*, Philadelphia; London: Childs & Peterson; Trubner, 1857. Este livro é narrado pelo Reverendo Fletcher, que se utiliza, ao longo da obra, de diversos trechos de autoria de seu colega Daniel Kidder, anteriormente publicados em Daniel Kidder, *Sketches of Residence and Travels in Brazil, Embracing Historical and Geographical Notices of the Empire and its Several Provinces*, Philadelphia: Sorin & Ball; London: Willey & Putnam, 1845, 2 v.

³⁹ Kidder e Fletcher, *Brazil and the Brazilians*, p. 132.

de Medicina, Direito, e nas escolas de Teologia “não há distinção de cor”. Valorizando o fato de um cativo poder comprar a sua liberdade, Fletcher afirmava ter sido informado de que um homem habilitado, “mesmo que ele tenha sido um escravo”, não poderia ser excluído de nenhuma posição oficial, excetuando-se a de Senador do Império. Ele admitia, entretanto, a existência de um certo, “porém de forma alguma forte”, preconceito em favor dos homens de pura ascendência branca.⁴⁰

Das diferenças entre Brasil e Estados Unidos em relação à posição social dos negros livres também nos deu notícia o reverendo norte-americano Walter Colton, que esteve no Rio de Janeiro em dezembro de 1845. Colton observou, sobre a população de origem africana da cidade, que a “cor, no Brasil, não favorece o preconceito tanto quanto nos Estados Unidos”.⁴¹ Uma das razões para essa situação lhe parecia estar na maior facilidade para a obtenção da liberdade no Brasil, que, segundo ele, poderia ser alcançada por meio do trabalho e da frugalidade dos escravos. E, uma vez livre, seriam amplas as possibilidades de ascensão social e participação política dos negros: “o negro no Brasil vai às urnas e ninguém fica histérico se ele se casa com uma mulher cujo tom de pele é mais claro”, segundo o autor. Sobre os norte-americanos, em comparação, afirmava que pregavam os ideais de liberdade, humanidade e igualdade, para, em seguida, “torcer o nariz se um africano senta-se a mesma mesa a bordo de um navio a vapor”.⁴²

A circulação desses discursos sobre a natureza diferenciada das relações raciais nos dois maiores países escravistas das Américas avançou ao século seguinte a partir de meios que alcançavam públicos amplos. Na imprensa negra norte-americana, as diferenças entre Brasil e Estados

⁴⁰ Kidder e Fletcher, *Brazil and the Brazilians*, p. 133. Para recentes trabalhos sobre negros ocupando cargos públicos no Brasil escravista e no período pós-abolição, ver: Sebastião Eugênio Ribeiro de Castro Junior, “Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem e da cidadania na construção do Império do Brasil” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2014); Carolina Vianna Dantas, “Monteiro Lopes (1867-1910), um líder da raça negra na capital da república”, *Afro-Ásia*, n. 41 (2011), pp. 168-209.

⁴¹ Walter Colton, *Deck and Port; or, Incidents of a Cruise in the United States Frigate Congress to California (With Sketches of Rio de Janeiro, Valparaiso, Lima, Honolulu and San Francisco)*, London: Partridge & Oakey; Paternoster Row, 1851, p. 90. No original: “Slaves are generally treated with kindness and humanity by their masters. Their colour operates less to their prejudice than with us”.

⁴² Colton, *Deck and Port*, p. 90.

Unidos eram revisitadas desde as primeiras décadas do século XX. No *Journal of Negro History*, o periódico criado por Carter Woodson em 1916, o viés da atenção aos problemas internacionais se fazia presente, e o Brasil figurava entre os artigos dedicados a refletir sobre escravidão e liberdade em outras partes do mundo. Em 1922, foi ali publicado o artigo de Herbert B. Alexander, intitulado *Brazilian and United States Slavery Compared*, que abordava a discussão racial a partir do referencial das supostamente amplas possibilidades de integração do negro à sociedade brasileira. Para esse autor, o sistema escravista brasileiro havia sido menos brutal que o norte-americano. Nos Estados Unidos, ressaltava, os negros livres não votavam, não testemunhavam em júris contra brancos nem ocupavam cargos públicos; no Brasil, em contrapartida, o casamento inter-racial era considerado legal na vigência da escravidão, muitos homens de cor eram proprietários, e os mulatos eram favorecidos socialmente.⁴³

Em outros periódicos da imprensa negra norte-americana, ganhava destaque visão semelhante do Brasil como modelo de relações raciais mais brandas e menos violentas do que nos Estados Unidos. Um dos referenciais mais conhecidos nesse debate é a série de artigos publicados por Robert Abbott, jornalista e fundador do *Chicago Defender*, um dos periódicos negros de maior circulação na década de 1920 e ativo no combate ao preconceito racial nos Estados Unidos. Ao empreender uma viagem à América do Sul em 1923, Abbott publicou em seu jornal artigos que confirmavam a impressão positiva sobre o caráter democrático das relações raciais no Brasil e, ainda, sobre o potencial do país para receber profissionais afro-americanos interessados em desfrutar das possibilidades de empreendimentos em um ambiente de suposta democracia racial.⁴⁴

Em *The Negro History Bulletin*, voltado ao público de alunos e

⁴³ Herbert B. Alexander, “Brazilian and the United States Slavery Compared”, *The Journal of Negro History*, v. 7, n. 3 (1922).

⁴⁴ Entre os trabalhos dedicados a essa temática, destaco especialmente os consultados para a elaboração deste artigo: Petrônio Domingues, “A visita de um afro-americano ao Paraíso Racial”, *Revista de História*, n. 155 (2006), pp. 161-81; Zita Nunes, *Cannibal Democracy: Race and Representation in the Literature of the Americas*, Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 2008; Flávio Thales Ribeiro Francisco, “As viagens do jornalista afro-americano Robert Abbott e imagens do Brasil e da França no jornal *Chicago Defender* (1917-1940)”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, 2011; Luciana da Cruz Brito, “Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista” (Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2014).

professores norte-americanos e dedicado a explorar a história dos negros, imagens similares do Brasil eram veiculadas na década de 1940. Fundado em 1937, como mencionado anteriormente, o periódico tinha como propósito “inculcar a apreciação do passado do negro”⁴⁵ em seus leitores e apostava largamente na narrativa de trajetórias de vida inspiradoras, buscando-as dentro e fora dos Estados Unidos. Em janeiro de 1941, um de seus números foi especialmente dedicado à América do Sul, e o Brasil ganhou destaque. O artigo intitulado *Brasil: a maior nação negra* apresentava o país como o mais interessante e promissor *melting pot*⁴⁶ do mundo e apontava as comparações costumeiras com as experiências dos negros norte-americanos. O que fazia do Brasil um lugar menos racista, na opinião do articulista? Não havia linchamentos nem segregação, ao passo que o catolicismo e a miscigenação contribuía para a presença de oportunidades de ascensão social.⁴⁷ Os exemplos de brasileiros vistos como “distintos” se multiplicavam por suas páginas, desde os mais conhecidos até os que não são regularmente representados como negros no Brasil: vai-se de Luiz Gama, André Rebouças e José do Patrocínio ao compositor Carlos Gomes, ao poeta Claudio Manoel da Costa e ao presidente Nilo Peçanha, descrito como “homem de indubitável ascendência negra”.⁴⁸

Este número especial do *The Negro History Bulletin* deu origem ao projeto de um manual didático especialmente voltado para jovens estudantes, em 1946. *Distinguished Negroes Abroad* foi concebido para contar as histórias de negros de destaque na Ásia, Europa e Américas.⁴⁹

⁴⁵ *The Negro History Bulletin*, v. 4, n. 5, p. 98. São muitos os trabalhos que discutem a ideia de democracia racial no Brasil. Para uma síntese dessas discussões, ver Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, “Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito”, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 61 (2001), pp. 147-62.

⁴⁶ Expressão usada em referência à miscigenação e à convivência inter-racial.

⁴⁷ *The Negro History Bulletin*, v. 4, n. 5, p. 117.

⁴⁸ *The Negro History Bulletin*, v. 4, n. 5, p. 103.

⁴⁹ Para uma ideia mais completa da obra aqui analisada, vale assinalar os negros biografados no manual, todos homens. Seguindo a organização original do livro, por região, são eles: no Oriente - Sakanouye Tamuramaro, Antar of Arabia, Bilal Black Muezzin; na Espanha - Juan Latino, Sebastian Gomez, Juan de Pareja; na França - Jean Baptiste Lislet-Geoffroy, Le Chevalier de Saint-Georges, Alexandre Dumas, French General, Alexandre Dumas, Père, Alexandre Dumas, Fils, Victor Séjour, Felix Eboué; na Inglaterra - Gustavus Vassa, Ignatius Sancho, Ira Aldridge, Samuel Coleridge -Taylor; em outros lugares da Europa - J. E. J. Captein, Anthony William Amo, Angelo Solimann, George Polgreen Bridgetower, Abram Hannibal, Alexander Pushkin; no Caribe - Cudjoe, the Marron in Jamaica, Toussaint L'Ouverture, Alexandre Sabès Pétion, Plácido, Antonio Maceo, Edward Wilmot Blyden; na América do Sul - Henrique Diaz, Luiz Gama, José do Patrocínio, José Manuel Valdés.

A ideia do livro foi do próprio Carter Woodson, que se dizia pouco hábil para escrever para o público escolar, deixando a tarefa a cargo de suas primas e professoras Beatrice J. Fleming e Marion J. Pryde.⁵⁰ O livro deveria oferecer aos alunos os caminhos para comparar as oportunidades presentes em diferentes países e, assim, refletir “se o negro avança mais onde é oprimido ou onde é livre de obstáculos sociais e econômicos”.⁵¹ É significativa a escolha exclusiva por trajetórias de homens negros, opção que revela um traço marcante em meio à produção da História Negra para o público escolar no período aqui analisado: em um campo intensamente marcado pelo trabalho de mulheres — professoras, ativistas sociais, escritoras, artistas, jornalistas —, as trajetórias masculinas ocupavam o centro da cena.⁵²

A história de Henrique Dias,⁵³ “o general português”, abriu a seção do livro dedicada à América do Sul. Foi apresentado aos leitores como um negro do Brasil, homem de valor e bravura inigualáveis, que se distinguiu por liberar sua terra dos invasores holandeses:

Henrique era uma criança esperta. Desde cedo demonstrou interesse nos livros e conseguiu obter uma boa educação. Felizmente os escravos do Brasil eram mais humanamente tratados do que os da América do Norte. Eles eram ao menos recompensados por seus esforços e se mostrassem evidências de ambição e sagacidade, lhes eram franqueadas oportuni-

⁵⁰ Ver Marion J. Pryde, “My Personal and Family Reminiscences of Dr. Carter Godwin Woodson”, *The Journal of Negro History*, v. 76, n. 1-4 (1991), pp. 101-5.

⁵¹ Beatrice J. Fleming e Marion J. Pryde, *Distinguished Negroes Abroad*, Washington: The Associated Publishers, 1946, Preface.

⁵² Para uma discussão desse tema, ver Pero Gaglo Dagbovie, “Black Woman, Carter G. Woodson, and the Association for the Study of Negro Life and History, 1915-1950”, *The Journal of African American History*, v. 88, n. 1 (2003), pp. 21-41. Para uma discussão da questão de gênero e suas relações com a história afro-americana, ver Giovana Xavier, “Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação - EUA, 1890-1930” (Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2012).

⁵³ No manual se utiliza a grafia Diaz, que mantenho aqui apenas na tradução das citações diretas. Pouco ainda se sabe sobre a origem de Henrique Dias, mas, como indica Hebe Mattos, pelo menos dois relatos de época referem-se a ele como ex-escravo. Ver Hebe Mattos, “Black Troops and Hierarchies of Color in the Portuguese Atlantic World: The Case of Henrique Dias and His Black Regiment”, *Luso-Brazilian Review*, v. 45 (2008), pp. 6-30; Hebe Mattos, “O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros”, in Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (orgs.), *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino da história* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007), pp. 213-28.

des de desenvolvimento semelhantes as dos homens livres. Enquanto o tempo passava, Henrique aprendia mais e mais sobre a História do Brasil, e, conseqüentemente, sobre a penosa situação de seu país.⁵⁴

O relato destacava sobretudo os episódios de valentia de Henrique Dias, sua “coragem superior”, e informava que, após sua morte, o legado deste homem de armas continuaria “a incendiar os corações dos brasileiros patrióticos”.⁵⁵ Desafiando as temporalidades, o texto do manual de História deslocava-se do século XVII ao presente para refletir sobre os modos como os negros tornavam-se cidadãos no Brasil.

Entre os latinos, cedo desenvolveu-se um movimento pela melhoria da condição dos cativos e por sua posterior emancipação. O Brasil não foi o primeiro a realizar a emancipação; mas a elevação do negro ao *status* de liberdade e cidadania efetivou-se no Brasil com pouquíssima violência, e os membros dessa raça praticamente não encontraram obstáculo em sua via para o progresso. Brasileiros de sangue africano [...] tornaram-se renomados na música, arquitetura, literatura, ciência e governo. O Brasil produziu brilhantes soldados negros, seguindo o exemplo de Henrique Dias. Negros receberam as mais altas honras da nação, até mesmo a de tornar-se presidente da República.⁵⁶

Para apresentar a trajetória de Luiz Gama, o manual de História valeu-se de um artifício narrativo familiar aos leitores negros norte-americanos: na obra, o abolicionista Gama respondia às questões de um jovem, contando suas histórias na primeira pessoa. Inquieto, o jovem afirmava que o trabalho de Gama era muito perigoso e lhe perguntava por que ele continuava a escrever artigos radicais na imprensa paulistana, sob o risco de ser preso pela polícia a qualquer minuto: “mas nem a prisão pode ser tão dolorosa para mim quanto a visão do meu povo na escravidão”,⁵⁷ respondia ele. Seguiu-se, então, a narrativa de sua fuga da escravidão, da comprovação de sua liberdade — contava ser filho de uma africana livre, vendido ilegalmente como escravo por seu pai — e de como se tornara um ativo defensor da liberdade no Brasil. A

⁵⁴ Flaming e Pryde, *Distinguished*, p. 236.

⁵⁵ Flaming e Pryde, *Distinguished*, p. 240.

⁵⁶ Flaming e Pryde, *Distinguished*, p. 241.

⁵⁷ Flaming e Pryde, *Distinguished*, p. 242.

liderança de Gama e os esforços na organização de meios coletivos de ação contra a escravidão (sociedades de apoio, aquisição de fundos para libertar cativos, atividades editoriais, defesa de ações de liberdade) são descritos entre as atividades privilegiadas por ele.

Luiz Gama não atingiu a posição de líder reconhecido com facilidade, por certo. Sempre havia representantes dos proprietários de cativos a tentar desacreditá-lo publicamente entre seu próprio povo [...] mas ele escolheu enfrentar as dificuldades ao invés de desistir de lutar pela liberdade, igualdade e irmandade [...] e o mundo, assim, guarda seu nome entre os imortais.⁵⁸

A história de Gama, tal como contada ao público escolar norte-americano, evidencia traços de uma prática de tradução acionada no universo discursivo do Atlântico Negro. A fonte utilizada pelas autoras neste capítulo do manual é facilmente identificável pelos leitores brasileiros conhecedores da trajetória de Gama. Trata-se da carta enviada pelo jornalista e abolicionista de São Paulo a seu amigo Lúcio de Mendonça em 25 de julho de 1880, e muito posteriormente publicada na íntegra no jornal *O Estado de São Paulo*, em 13 de maio de 1931, oferecendo ao público brasileiro o relato direto da vida de um ex-escravo no país. O texto de Gama, curto e de natureza íntima, apenas por aproximação se compara às narrativas mais longas e intencionais de ex-escravos e abolicionistas dos Estados Unidos, como aquela publicada por Frederick Douglass em 1845, intitulada *The Life of an American Slave*. Os objetivos e o impacto dessa escrita íntima, publicada quase 50 anos depois de ser redigida, não podem de fato ser comparados à intensa circulação e repercussão nacional e internacional de uma narrativa como a de Frederick Douglass, publicada enquanto ele próprio ainda mantinha a condição de escravo fugitivo. Mas, em meio às práticas de tradução acionadas pelas autoras do manual *Distinguished Negroes Abroad*, a aproximação entre narrativas e trajetórias se realiza, e o texto se encerra com a afirmativa de que Gama poderia ser chamado de “Frederick Douglass do Brasil”.⁵⁹

⁵⁸ Flaming e Pryde, *Distinguished*, p. 246.

⁵⁹ Sobre a escrita de si na obra de Luiz Gama, ver o inspirador trabalho de Ligia Fonseca Ferreira, *Com a palavra, Luiz Gama: poemas, artigos, cartas, máximas*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011; Elciene Azevedo, *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*, Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

A trajetória de José do Patrocínio encerra as histórias brasileiras contadas no manual didático publicado em 1946. O relato sobre a vida de Patrocínio não apresentava as fontes de informação utilizadas — que, contudo, são reconhecíveis por leitores brasileiros. Foram utilizados pelas autoras dados presentes no artigo “Uma Explicação”, publicado na *Gazeta da Tarde*, em 29 de maio de 1884, por José do Patrocínio, evidenciando as práticas de circulação de ideias no Atlântico Negro. Vejamos. Em seu artigo de 1884, Patrocínio mencionava ser “filho de uma pobre preta quitandeira de Campos” e logo avançava sem oferecer qualquer detalhe sobre a infância para afirmar: “comecei a minha vida como quase servente, aprendiz extranumerário de Farmácia da Santa Casa de Misericórdia, em 1868 [...] saí do hospital da Misericórdia quando a Farmácia passou às mãos das irmãs de Caridade”.⁶⁰

No manual norte-americano, essa história é contada por meio do enredo da fuga espetacular, familiar ao público local conhecedor das narrativas de ex-escravos. Patrocínio é descrito como um menino de treze anos, desnutrido em razão da dieta de carne seca e mandioca, e alerta para não ser alcançado pelo capitão do mato nas ruas de Campos. A fuga pela cidade leva-o à Escola de Medicina, onde seria acolhido e contaria sua história:

Sou José do Patrocínio, filho de uma pobre vendedora negra de Campos. Comecei a vida como escravo.⁶¹ Agora tenho treze anos e sou aprendiz na Santa Casa de Misericórdia. O local está mudando de mãos e eu não sei como os novos donos me tratarão. Então eu fugi.⁶²

Mais adiante, reforçando a identificação de Patrocínio com uma

⁶⁰ *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1884. Entre os trabalhos sobre José do Patrocínio, ver particularmente: Humberto Machado, “Encontros e desencontros em José do Patrocínio: a luta contra a indenização aos ‘Republicanos de 14 de Maio’”, in Gladys Ribeiro e Tânia Maria T. Bessone da Cruz (orgs.), *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX* (São Paulo: Alameda, 2010), pp. 295-319; Ana Carolina Feracin da Silva, “De ‘papa-pecúlios’ a tigre da abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX” (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2006); Rita de Cássia de Vasconcelos, “República sim, escravidão não: o republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2011).

⁶¹ A palavra utilizada no texto original é *serf*, que poderia ser traduzida figurativamente como escravo.

⁶² Flaming e Pryde, *Distinguished*, p. 250.

suposta fuga da escravidão, ausente na história contada por ele próprio sobre sua vida, afirma-se ser ele um “escravo fugitivo de Campos”. O texto do manual notava que Patrocínio jamais esqueceu a memória dos “sofrimentos de seu povo”,⁶³ fato determinante para que lutasse com coragem pela emancipação dos escravos:

A educação o preparou para ser um líder [...] Então, como muitos outros reformadores antes e depois dele, José decidiu que a imprensa era a modo mais direto e poderoso de todos os instrumentos capazes de moldar a opinião pública.⁶⁴

Na leitura de *Distinguished Negroes Abroad* percebem-se alguns dos traços — jamais unívocos, deve-se assinalar — do internacionalismo negro em expansão no período posterior à Primeira Guerra Mundial: as implicações globais das lutas negras pela emancipação da escravidão; o problema da estima social das comunidades e de indivíduos negros diante das práticas e discursos racistas; a fragilidade da cidadania negra. Mas o que unia, nesse manual, as histórias de Henrique Dias, Luiz Gama e José do Patrocínio? Além de serem do Brasil, uma referência conhecida nos meios letrados negros norte-americanos, suas histórias foram contadas de modo a sublinhar a liderança e os esforços pessoais com desdobramentos comunitários. A estratégia de abordar as lideranças negras e seu papel comunitário possuía, então, uma dupla dimensão: lidava com a ausência dos negros nos currículos escolares norte-americanos e com a sensação de que os linchamentos e as práticas segregacionistas começavam na sala de aula, como denunciara Carter Woodson, em texto seminal de 1933.⁶⁵

Ao longo do século XX, parte significativa da reflexão sobre as relações raciais abordou as comparações entre Brasil e Estados Unidos, privilegiando os contrastes nas maneiras de lidar com a escravidão e com os desafios do período pós-emancipação.⁶⁶ Vozes do internacionalismo negro, nesse mesmo período, não se furtaram a essa abordagem com-

⁶³ Flaming e Pryde, *Distinguished*, p. 251.

⁶⁴ Flaming e Pryde, *Distinguished*, p. 252.

⁶⁵ Carter Woodson, *The Mis-Education of The Negro*, Mineola; New York: Dover, 2005, p. 2. Refiro-me aqui à pergunta formulada pelo autor no primeiro capítulo do referido livro: “não haveria linchamento se este não começasse na sala de aula. Por que não explorar, escravizar, ou exterminar um povo que todos ensinam a olhar como inferior?”

⁶⁶ Remeto aos autores citados na nota 5 deste artigo.

parativa e contrastiva, como foi aqui assinalado. Mas é relevante notar que o internacionalismo em ação no Atlântico Negro buscou também as aproximações, as conexões, ousando perguntar-se sobre o que era possível aprender com as trajetórias de luta para além das fronteiras nacionais.

Texto recebido em 24/06/2014 e aprovado em 04/05/2016.

Resumo

Ultrapassando as fronteiras nacionais, os historiadores dedicados às análises sobre o período pós-emancipação vêm demonstrando aproximações e trocas entre atores sociais marcados pela memória da escravidão e por distintas experiências do racismo em regiões tão distantes quanto o Brasil, o Caribe e os Estados Unidos. Este artigo aborda esse circuito de trocas a partir da análise de um manual de História editado nos Estados Unidos em 1946, produzido sob a direção de Carter Woodson (1875-1950) e intitulado *Distinguished negroes abroad*. A presença de intelectuais, abolicionistas e ativistas negros brasileiros em suas páginas suscitou a questão do presente trabalho. Como os brasileiros foram representados neste compêndio?

Palavras-chave: relações raciais - pós-abolição - Brasil e Estados Unidos - escrita da História

Abstract

Going beyond national boundaries, historians devoted to analyze the post-emancipation period have demonstrated proximity and exchanges between social actors marked by the memory of slavery and by distinct experiences with racism in regions as different as Brazil, the Caribbean, and the United States. The article discusses this issue by analysing the History textbook Distinguished negroes abroad, published in the United States in 1946 and edited by Carter G. Woodson (1875-1950). The presence of Afro-Brazilian intellectuals, abolitionists and activists in the pages of this textbook is the motive for this paper: How Brazilians were represented in this compendium?

Keywords: racial relations - postemancipation - Brazil and USA - Writing history - Textbooks

